

MITOS, MEDOS E GEOGRAFIA FANTÁSTICA DOS MARES ANTIGOS E MEDIEVAIS

Comunicação apresentada pelo
académico Vasco Soares Mantas, na
Academia Portuguesa da História, em 5 de Novembro

O mar presta-se, mais do que qualquer outro espaço natural, a desenvolver exuberantes exercícios de imaginação, por vezes aparentemente contrários à disciplina própria da náutica, ganha laboriosamente e durante muito tempo devedora de práticas antigas, naturalmente associadas à concepção do mundo de quem as viveu. Poderíamos, talvez, separar a arte de navegar e os aspectos técnicos da navegação antiga e medieval do imaginário marítimo que durante muitos séculos lhes serviu de cenário, mas assim criaríamos uma realidade redutora e anacrónica. Na verdade, imaginação e rigor não se opõem, apenas devem ser interpretados de acordo com o contexto que lhes compete na história marítima do Ocidente, ao longo do arrastado processo que transferiu a navegação dos mares de proximidade para os mares de distância. A imaginação, nascida em partes iguais do que se experimentou e do que se ignora, esteve sempre presente através de um processo de recusa do desconhecido que preencheu de criaturas estranhas os relatos e os mapas, muito antes de ganhar nova dimensão no contexto da ficção científica tipo *Star Wars*, onde a tecnologia e o mirabolante andam tranquilamente de mãos dadas.

Passaram mais de quarenta anos sobre a data em que o Dr. José Pedro Machado apresentou, no Centro de Estudos de Marinha, agora Academia de Marinha, uma erudita comunicação intitulada *Fim dos medos antigos no Atlântico*¹, na qual se ocupou de algumas interpretações humanistas da mitologia e geografia da Antiguidade Clássica e, naturalmente, das inevitáveis revisões provocadas pelos descobrimentos portugueses, reveladores de um mundo por vezes suspeitado, mas quase sempre imaginado da pior maneira. Esta passagem para a nova realidade, poeticamente evocada por Sophia de Mello Breyner – *Depois surgiram as costas luminosas / Silêncios e palmares frescor ardente / E o brilho do visível frente a frente*² – autêntica catarse dos medos antigos fez-se lentamente porque a fantasia tende a prolongar o seu domínio muito para além da evidência e encontra bom acolhimento na maior parte das mentes humanas, se necessário transformando-se e adaptando-se a novos sentimentos. Com efeito, já a progressão portuguesa ao longo da costa africana ia avançada, por meados do século XV, e Gomes Eanes de Zurara escrevia com toda a seriedade o seguinte, dispensando, todavia, monstros marinhos e outras

¹ José Pedro Machado, *Fim dos medos antigos no Atlântico*, Lisboa, 1974.

² Sophia de Mello Breyner Andresen, *Obra poética*, II, Lisboa, 1992, p.256.

ameaças tradicionalmente invocadas: *Isto he claro, deziãam os mareantes, que depois deste cabo (Bojador) nom ha hi gente nem povoraçom algũa; a terra nom he menos areosa que os desertos da Libya, onde nom há augua, nem arvor, nem herva verde; e o mar he tam baixo, que a hũa legoa de terra nom ha de fundo mais que hũa braça. As correntes sam tamanhas, que navyo que la passe, jamais nunca podera tornar e por tanto os nossos antecessores nunca se antremeterom de o passar*³.

O relato de Zurara mostra-se já depurado de alguns mitos tradicionais, transmitidos pelo mundo clássico e islâmico, a que as fontes geográficas de uns e outros não foram alheias. Muitos destes mitos, e os mitos reforçam o desconforto perante o desconhecido e facilmente redundam em medo, provenientes quer do mundo greco-romano, quer de outras áreas culturais, contemporâneas ou não, revelam-se redundantes, ocorrendo alguns em relatos incluídos nas *Mil e uma noites*, onde podemos suspeitar a influência de antiquíssimas narrativas relacionadas com a navegação no Golfo Pérsico e no Índico, assim como identificar elementos presentes em relatos egípcios envolvendo viagens marítimas, caso do conto *O naufrago*⁴. Deparamos, portanto, com um conjunto de tradições pertencentes a um fundo comum transversal a várias culturas e a várias épocas, que poderemos classificar de forma simplista como folclóricas, nas quais o mar e os seus perigos ocupam um lugar central. Não esqueçamos, porém, que o obscuro, criador de medos, pode ser tanto ou mais poderoso criador de imaginários que a realidade conhecida, imaginários nem sempre destruidores ou negativos.

Lembramos a este propósito dois fortes episódios simbólicos de *Os Lusíadas*⁵, continuamente comentados e por vezes censurados, quando não maldosamente interpretados, a saber o episódio do *Velho do Restelo* e o episódio da *Ilha dos Amores*. Se no primeiro se anunciam os perigos e os trabalhos a sofrer, e quem escrevia conhecia-os bem, o segundo mostra que, para além desses sacrifícios brutais, pode existir um paraíso de delícias terrenas, prometido aos que merecerem vencer os medos, aqueles poucos a quem Neptuno e Marte obedeceram. Sem ousarmos aprofundar o pensamento camoniano, cremos encontrar nestes episódios aparentemente opostos a mesma ideia transmitida pelas fontes clássicas a propósito dos mares desconhecidos ou mal conhecidos, ou seja, o mar esconde perigos, ameaças, perdições, mas também é espaço de maravilhas imaginadas e, quiçá, de outros homens e de outras estrelas, pressentido por alguns visionários, como o cordovês Lúcio Séneca fazendo eco de relatos menos míticos ouvidos neste recanto atlântico do Império: *Venient annis saecula seris quibus oceanus vincula rerum laxet et ingens pateat tellus Tethysque novos detergat orbis nec sic terris ultima Thule*⁶.

³ Gomes Eannes de Azurara, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné* (ed. Visconde de Carreira), Paris, 1841, pp.51-52.

⁴ Rana Kabbani, *The Arabian Nights as an Orientalist Text* in Ulrich Marzolph / Richard van Leeuwen / Hassan Wassouf, *The Arabian Nights Encyclopedia*, I, Santa Barbara, 2004, pp.25-29; Sabatino Moscati, *L'Orient avant les Grecs*, Paris, 1963, pp.152-154.

⁵ Camões, *Os Lusíadas*, IV, 94-97; IX, 52-95.

⁶ Lúcio Séneca, *Medeia*, 374-379.

Tornemos então ao tema dos medos antigos, inseparáveis da mitologia divina e humana e da geografia fantástica que a acompanhava. Como é natural, por razões culturais, a maior parte destes relatos centra-se inicialmente no Mare Internum, o Mediterrâneo das velhas civilizações⁷, alargando-se progressivamente ao Atlântico segundo o ritmo de um processo histórico em que se insere o alvorecer da Europa medieval. Este processo de expansão foi acompanhado pela emigração de alguns dos grandes mitos greco-latinos, enriquecidos pelo que se ia sabendo das franjas do mundo civilizado, quase sempre através de aventureiros, entre os quais se incluíam comerciantes e mercenários, viajando em sentido contrário, uns para o exterior, outros para o interior da *oikoumene*, limitada por um muro de desconhecimento para lá do qual se colocavam os medos e os mitos, e também os bárbaros, à medida que aqueles se iam afastando do seu cenário original graças ao alargamento da área civilizada, para além da qual se situa, envolvente, uma terra de ninguém onde tudo pode acontecer. Recordamos uma imagem que poderá parecer despropositada mas que cremos transmitir esta ideia de *fnis terrae* do conhecido, como é a que guardamos da primeira visão que tivemos de Luanda numa hora matutina de 1966, reduzida a cidade a uma longa fiada de construções apoiadas no mar enevoado e atrás das quais parecia nada haver, porque a neblina tudo ocultava, criando uma estranha sensação de vazio.

O mundo conhecido quando o Império Romano atingiu o seu apogeu, no século II, não era pequeno, todavia, como demonstra o mapa, reconstituído, do geógrafo alexandrino Cláudio Ptolomeu (Fig.1). Não deixa de ser interessante sublinhar que a descrição ptolomaica do mundo não se centra no Mediterrâneo, abrangendo um enorme espaço que se estende em longitude, da Península Ibérica, onde o *Promontorium Sacrum* representa o ponto mais ocidental, até à China. Porém, toda esta região aparece rodeada de terras obscuras, ilhas incógnitas, povos estranhos, cenário ideal dos mitos e dos medos com que os quatro impérios universais da época, romano, persa, indiano e chinês se rodeavam⁸, povoando-o de bárbaros exóticos e de um bestiário alucinante, quando não o elegiam para imaginar terras utópicas, habitadas por sociedades perfeitas. O Atlântico, pelas suas características físicas, prestava-se especialmente a tais fantasias, permitindo renovar histórias nascidas nos mares interiores da Antiguidade, a que se foram juntando tradições e relatos do mundo céltico e germânico antes da imaginação muçulmana ter contribuído para enriquecer o fundo quase inesgotável das tradições marítimas fantásticas.

⁷ Predrag Matvejevitich, *Brèviaire méditerranéen*, Paris, 1995; Michael Grant, *The Ancient Mediterranean*, Nova Iorque, 1982.

⁸ Michel Rouche, *Les empires universels*, Paris, 1968, pp.7-9, 469-473.

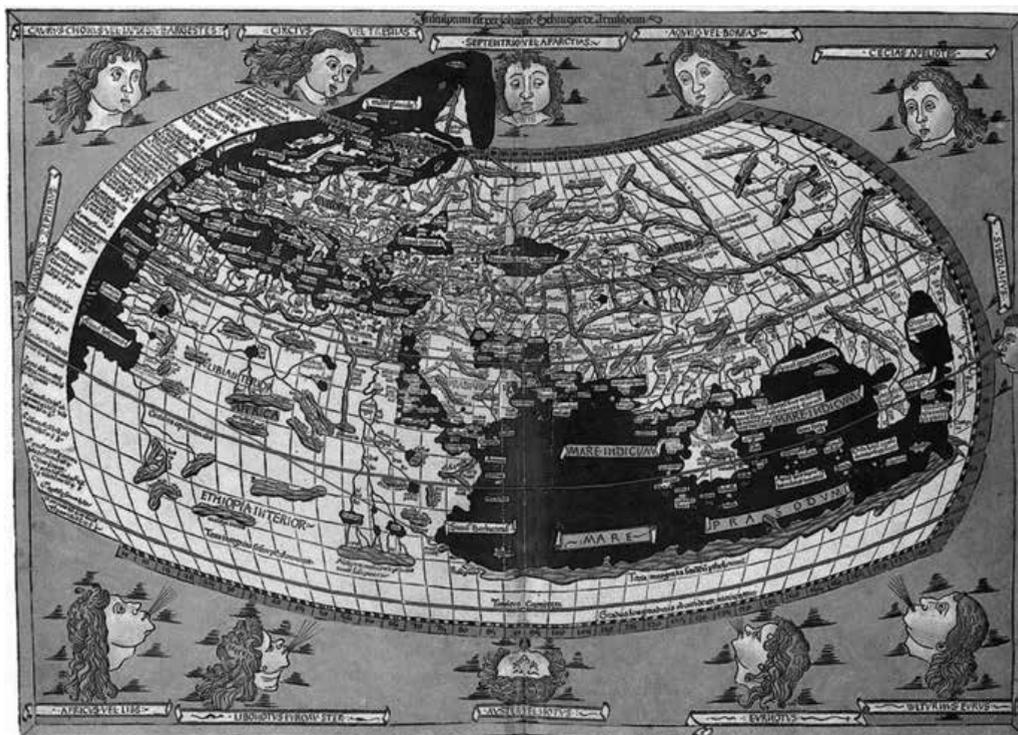


Fig. 1 – Reconstituição do mapa de Cláudio Ptolomeu (Johannes Schnitzer, Ulm, 1482).

Um dos mitos clássicos de maior permanência e que ilustra da melhor forma o processo migratório de tais relatos é o da Atlântida, enorme ilha a ocidente do Estreito de Gibraltar onde teria existido uma avançada civilização, antes de ser destruída por uma catástrofe natural que provocou a sua submersão. O mito ocorre em dois diálogos de Platão, redigidos cerca de 360 a.C., o *Timaeus* e o *Critias*⁹, e desde então, sobretudo a partir do Renascimento, constitui um lugar-comum da geografia fantástica e da especulação pretensamente científica. Não poderíamos deixar de o referir, tanto mais que o Oceano Atlântico o reflecte no nome, atendendo a que constitui de alguma forma o protótipo de todos os relatos em que acontece a submersão de cidades, quase sempre por razões de ordem moral. Não é impossível, todavia, que o relato conserve memória de alguma catástrofe como a formidável erupção vulcânica que destruiu, no século XVII a.C., a ilha de *Thera*, hoje Santorini, no Egeu, contribuindo para o declínio da Civilização Minóica. Platão situa a Atlântida no Extremo Ocidente do mundo conhecido, e não no Mediterrâneo, atribuindo a este espaço marítimo uma das funções que manteve praticamente até aos inícios da Idade Moderna, o de lugar de maravilhas e de terrores.

Não nos ocuparemos aqui das múltiplas propostas de localização da Atlântida, nas quais os Açores ocupam um lugar destacado, não faltando tentativas, desde o século XVI até aos nossos dias, para provar se não uma relação com a Atlântida, pelo menos um

⁹ R. Waterfield, *Timaeus and Critias* (with introduction and notes by A. Gregory), Oxford, 2008.

descobrimto anterior ao português, seja ele fenício, cartaginês ou até chinês. Deixando de lado estas questões dúbias¹⁰, aliás merecedoras de atenção, recordamos que o mito atlântico evoluiu ao longo dos tempos, inspirando outros relatos, como a famosa *Utopia* de Thomas More¹¹, podendo ser considerado como um dos mais populares que nos ficou da Antiguidade. A diversidade de obras que recorrem ao mito da Atlântida é enorme, incluindo romance, banda desenhada e, inevitavelmente, cinema. A localização da Atlântida também varia nestas obras. No romance *A Atlântida*, de Pierre Benoit¹², vamos encontrá-la em pleno deserto do Sara, quando este começava a ser estudado sistematicamente pelos militares e exploradores franceses, o que levaria ao reconhecimento de que outrora o Sara conheceu condições climáticas bem diferentes das actuais. Edgar Jacobs, renomado autor belga de banda desenhada, voltou a situar a Atlântida nos Açores no seu álbum *O enigma da Atlântida*¹³, mas num enorme espaço subterrâneo de onde os Atlantes partirão no final da história para colonizar outros planetas. Não queremos deixar a Atlântida antes de recordar que o topónimo deriva directamente de uma figura grada da mitologia grega, o gigante Atlas, sustentáculo do Céu, daí que o Atlântico signifique o oceano de Atlas e a Atlântida a ilha de Atlas.

Com estas referências entramos de novo no âmbito da geografia fantástica e das viagens míticas, temática inesgotável na qual privilegiaremos apenas um herói reconhecidamente imaginário e outro provavelmente real mas não menos envolvido em aventuras maravilhosas: Hércules e Ulisses. Como sempre, ou quase sempre, acontece com este tipo de ciclos narrativos pode existir alguma verdade escondida sob o manto diáfano da fantasia, como diria Eça, reflectindo navegações primitivas no Mediterrâneo e no Atlântico, naturalmente difíceis e por isso decoradas de perigos de toda ordem, para além daqueles que os elementos naturais implicam. O Estreito de Gibraltar ocupa lugar proeminente nas viagens míticas de Hérakles / Hércules, sucessor nestas paragens ibéricas do púnico Baal / Melkart, cujos principais locais de culto se localizavam no Cabo de S. Vicente e em Cádiz (Fig.2), cidade onde o templo era valorizado por uma enorme estátua do deus, destruída no período islâmico¹⁴.

¹⁰ Muito recentemente trazidas a público mais uma vez, de forma nada convincente, pois os pretensos vestígios arqueológicos produzidos, de atribuição indecisa, nada acrescentam do ponto de vista científico à discussão, iniciada no século XVI com os escritos de Damião de Góis e Gaspar Frutuoso referindo o achado da célebre estátua do cavaleiro do Corvo, que teria sido desenhada por Duarte d'Armas.

¹¹ Thomas More, *Utopia*, Lisboa, 1995.

¹² Pierre Benoit, *A Atlântida*, Lisboa, 1974.

¹³ Edgar P. Jacobs, *O enigma da Atlântida*, Lisboa, 1980. Em Portugal, a história foi publicada pela primeira vez no semanário juvenil *Cavaleiro Andante*, em 1956-1957.

¹⁴ R. Dion, *Tartessos, l'Océan homérique et les travaux d'Hercule*, *Revue Historique*, 224, 1960, pp.27-44; Claudio Sánchez-Albornoz, *La España Musulmana*, II, Madrid, 1974, pp.261-266.



Fig. 2 – Brasão da cidade de Cádiz com motivo aludindo ao mito de Hércules.

Dos célebres doze trabalhos atribuídos ao semideus, dois têm como cenário uma região ocidental atlântica, circunstância que foi aproveitada pelos humanistas da Idade Moderna para enriquecer a longevidade das histórias pátrias ou tecer complicadas interpretações políticas, como fez Bernardo de Brito¹⁵, depois de os cronistas medievais terem incluído aqui e ali referências à pretensa passagem de Hércules e aos seus trabalhos em território peninsular. São esses episódios míticos a luta contra o gigante *Gerion* e a busca do Jardim das Hespérides, oportunamente localizados fora do Mediterrâneo. De acordo com o mito, Hércules teria aberto o Estreito de Gibraltar, os célebres Pilares de Hércules, correspondentes às duas elevações que ladeiam o Estreito, *Calpe* e *Abila*, incluídos como colunas nas armas espanholas desde tempos do imperador Carlos V com a significativa legenda *Plus Ultra*.

Este pormenor heráldico permite apreender facilmente a carga simbólica da passagem do Mediterrâneo para o Atlântico, muito cedo reflectida no cenário das aventuras de Hércules no Extremo Ocidente. Todavia, a interpretação do mito é flutuante, em especial nas fontes islâmicas, sobretudo quando os autores conheciam as grandes ruínas romanas peninsulares. Assim, Ibn Hauqal, de forma mais historicista, atribui a abertura do Estreito a Alexandre Magno, referindo mesmo vestígios de trabalhos na zona de Tarifa¹⁶, com toda a probabilidade restos de construções romanas submersas. Como muitas vezes sucede, o mito e os relatos fantasistas apoiam-se em vestígios materiais mal compreendi-

¹⁵ José Moreira Fernandes, *Estrutura e função do mito de Hércules na Monarquia Lusitana de Bernardo de Brito*, Ágora. Estudos Clássicos em Debate, 9, 2007, pp.119-150.

¹⁶ Ibn Hawqal, *Configuration de la Terre: Kitab surat al-Ard* (traduction J. Kramers / G. Wiet), Paris, 1964, pp.198-199.

dos ou cuja envergadura ultrapassa a capacidade de execução de uma determinada época. Por isso mesmo, não nos devemos admirar que no século XIII, o rei Afonso X, o *Sábio*, atribua a Hércules a construção do farol romano da Corunha, vulgo Torre de Hércules (Fig.3), para comemorar a vitória sobre *Gerion*, levando o herói grego até às costas galegas¹⁷.



Fig. 3 – A chamada Torre de Hércules, farol romano da Corunha restaurado no século XVIII.

Outra lenda, recolhida num manuscrito do século XI denominado *Trezenzonii de Solistitionis Insula Magna*, combina tradições célticas com a versão clássica, talvez veiculada a partir das *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha. Neste relato, um monge, Trezenzonio, avista do alto do farol uma ilha longínqua, para a qual navega e onde permanece sete anos paradisíacos antes de ser compelido a voltar. Como noutros relatos deste tipo, a ilha gozava de um clima primaveril e os alimentos abundavam¹⁸. Nas narrativas medievais encontramos associados às tradições pagãs elementos cristãos, reflectindo algo do monaquismo primitivo e onde a intervenção de forças demoníacas submete a vontade humana a provas das quais só pode triunfar pela fé. Algumas destas histórias foram sendo enriquecidas e reelaboradas ao longo de séculos, como foi o caso da lenda bretã que

¹⁷ Ramón Menéndez Pidal (ed.), *Primera crónica geral de España que mandó compor Alfonso el Sabio*, I, Madrid, 1906, pp.9-10.

¹⁸ Pedro de Azevedo, *Viagem à ilha de “Solistitionis (Ms. do século XV)*, Boletim da Classe de Letras. Academia das Ciências de Lisboa, 12, 1918, pp.622-629; Chet van Duzer, *The voyage of Trezenzonio to the Great Island of the Solstice. English translation and commentary*, Folklore, 119 (3), 2008, pp.335-35.

evoca a submersão da imaginária e pecaminosa cidade de Ys, na baía de Douarnenez, desenvolvida entre o século XII e o século XVII¹⁹. Esta mistura de elementos culturais diversificados dificulta a determinação da origem das lendas, por vezes espelhando a luta que se travou entre paganismo e cristianismo nas regiões litorais atlânticas durante a Antiguidade Tardia, paganismo cujas tradições clássicas foram enriquecidas através de fenómenos de assimilação de divindades célticas e germânicas e da sua mitologia no mundo romano, bem patente, por exemplo, nos santuários da deusa *Nehalennia*, em Colijnsplaat e Domburg, na Holanda, que contam com quase duas centenas de altares consagrados a esta divindade protectora de marinheiros e comerciantes²⁰.

Regressemos, porém, a águas meridionais, recordando o segundo dos trabalhos de Hércules localizados no Extremo Ocidente, a busca do Jardim das Hespérides, onde devia apoderar-se dos pomos de ouro, talvez a interpretar como laranjas. O mito deslocou para ocidente o local do pomar de Hera, situando-o por fim na região atlântica entre o golfo de Cádiz e a costa africana²¹. Neste caso trata-se, não de uma ilha maravilhosa, mas antes de uma região com todas as características de um *paradeisos*²², onde, todavia a presença das ninfas do ocaso, as Hespérides, era compensada por uma terrível serpente-dragão destinada a afastar intrusos. O mito, que possui paralelos noutras culturas, envolve também o gigante Atlas, que já referimos a propósito do Atlântico, o que sugere a localização mítica do Jardim das Hespérides numa área para cá do Estreito de Gibraltar, junto ao Oceano, limite do mundo mitológico clássico, como sublinhou Camões²³. Para Estesícoro, assim como para Estrabão, o problema não se punha, pois identificavam claramente a não menos mítica Tartessos, no Sudoeste da Península Ibérica, com o Jardim das Hespérides²⁴.

Outro local privilegiado da geografia fantástica e da mitologia é o das Ilhas Afortunadas, vagamente localizadas no Atlântico a ocidente das Colunas de Hércules, e que podem identificar-se em determinados relatos com as Ilhas dos Bem-Aventurados, espécie de paraíso insular, de clima ameno e ambiente inefável, morada dos poucos mortais que ganhavam a imortalidade através de grandes feitos. A localização imaginária deste arquipélago também se alterou com o decorrer do tempo, emigrando para Ocidente, como há muito sugeriu Humboldt, levando os autores greco-latinos a situá-lo de forma

¹⁹ Charles Guyot, *The Legend of the City of Ys*, Amherst (Mass.), 1979; James Doan, *The Legend of Sunken City in Welsh and Breton Tradition*, *Folklore*, 92 (1), 1981, pp.77-83.

²⁰ Piet Stuart, *Nehalennia: Goddess from the Sea*, *Delta*, 14, 1971, pp.5-23; Piet Stuart / J. E. Bogaers, *Nehalennia. Romische Steindenkmaller aus der Oosterschelde bei Colijnsplaat*, Leida, 2001.

²¹ Maria Helena Rocha Pereira, *O jardim das Hespérides*, Estudos Sobre a Grécia Antiga, Coimbra, 2014, pp.25-35.

²² Palavra de origem iraniana, com o significado de parque ou jardim cercado, que passou ao latim (*paradisus*) através da forma grega (Παράδεισος).

²³ Camões, *Os Lusíadas*, V, 8.

²⁴ Estesícoro, S7=PMG 184; Estrabão, III,2,11.

indecisa. Píndaro, por exemplo, situa a heroização de Aquiles nas Ilhas dos Bem-Aventurados ou na Ilha de Leuce, no Ponto Euxino. Esta última localização poderá reflectir, cremos, uma tradição mais antiga, eventualmente relacionada com os relatos desenvolvidos a partir do ciclo dos Argonautas, todavia sempre imaginada nos confins da terra, como os Campos Elíseos: *Os imortais te mandarão para a Planura Elísea / no extremo da terra, onde está o louro Radamanto. / Ai se oferece aos homens uma vida mais fácil. / Não neva, não há grande invernia nem chuva. Mas as brisas do Zéfiro sopram sempre ligeiras, / vindas do oceano, para refrescar os homens*²⁵.

As Ilhas Afortunadas, todavia, apesar de presentes de forma redundante nos relatos fantásticos que alicerçaram a sua existência na cultura antiga e medieval da Europa, mudando de nome com frequência, não podem ser consideradas como simples invenções poéticas. Diodoro Sículo faz referência a uma ilha habitada situada a vários dias de viagem da costa africana, descoberta por acaso por navegadores púnicos, arrastados por uma tempestade. Esta descoberta, a situar no século V a.C., teria levado a um conflito com os Etruscos, desejosos de fundar uma colónia na mesma ilha²⁶. Fantasia ou realidade? Se ignorarmos os *topoi* comuns a todas estas descrições, a possibilidade de se tratar de uma das ilhas atlânticas, muito provavelmente Madeira ou Canárias, é perfeitamente aceitável. A descrição da ilha e o facto de ser habitada levam-nos a considerar antes de mais a possibilidade de se tratar de uma das Canárias, excluindo Cabo Verde, como alguns autores modernos propuseram, e mantendo as ilhas açorianas *sub judice*.

Plutarco conta, na sua *Vida de Sertório*, que o general romano teve conhecimento, através de marinheiros de *Gades*, da existência de amenas ilhas atlânticas, o que o levou a desejar estabelecer-se nelas. Não parece difícil identificar estas ilhas com a que é referida por Diodoro. O facto de este autor considerar a ilha habitada pode resultar apenas de uma descrição literária incluindo tópicos habituais neste tipo de escritos. Seja como for, o conhecimento das Canárias na Antiguidade não suscita dúvidas. Plínio-o-Velho refere que Juba II, rei da Mauritânia sob protectorado romano, enviou uma expedição que visitou várias ilhas, mas onde apenas teria encontrado ruínas de construções, não habitantes²⁷. Recentemente, na Ilha de Lobos, em Fuerteventura, identificaram-se restos de um pequeno estabelecimento romano, comprovando a frequência habitual destas águas nos confins do Império (Fig.4), onde o mesmo Juba teria colonizado a Insula Purpuraria, não menos difícil de identificar.

²⁵ Homero, *Od.*,561-569. Sobre esta temática: Maria Helena Rocha Pereira, *Concepções helénicas de felicidade no Além, de Homero a Platão*, Coimbra, 1955, pp.23-43.

²⁶ Diodoro Sículo, V,20.

²⁷ Plínio-o-Velho, *N.H.*, V, 9-10; VI, 203-205; Alfredo M. Martín, *Los periplos atlánticos norteafricanos de Políbio y Juba II transmitidos por Plinio*, Gerión, 31, 2013, pp.239-268.



Fig. 4 – Localização da Isla de Lobos no Arquipélago das Canárias.

A cidade de *Gadir / Gades* (Cádiz) teve papel central na navegação a ocidente do Estreito de Gibraltar, controlando a mesma durante praticamente um milénio, incluindo a que se desenvolvia ao longo da costa africana. É normal que durante este longo período, fenício, cartaginês e romano, se tivessem desenvolvido narrativas, reelaboradas como também é normal, inspiradas por acontecimentos reais, neste caso o achamento de ilhas mais ou menos afastadas da costa ibérica e africana e frequentadas com alguma regularidade, sobretudo no último caso. A presença de vestígios púnicos nalguns locais das Canárias mostra que a navegação daquelas ilhas é antiga e que com ela poderá estar relacionada a origem da população guanche, com toda a probabilidade aparentada aos Berberes²⁸, a estabelecer, segundo alguns investigadores, no século V a.C.

Os notáveis de *Gades* tiveram uma acção importante no estabelecimento do Império, com particular realce para os famosos Balbos, conselheiros de César e de Augusto²⁹, um dos quais, Lúcio, conduziu em África uma perigosa expedição de reconhecimento do deserto saariano. O rei Juba, que referimos anteriormente, foi distinguido com o *duumvirato* honorífico da cidade, o que prova o prestígio e a força política da mesma, a ponto dos representantes da sua oligarquia disporem de lugares reservados no Coliseu de Roma, o que é comprovado epigraficamente no monumento. A ligação de *Gades* ao Oceano e às navegações atlânticas, míticas ou não, e o seu excepcional valor simbólico, reflectem-se de forma clara na propaganda imperial de Augusto, situando aqui os limites naturais do Império, para além dos quais ficavam as fantasias dos poetas e o domínio do inesperado, indicando que a *Via Augusta* se dirigia *Ad Oceanum*, conferindo a Cádiz o estatuto ímpar

²⁸ Donald Harden, *Os Fenícios*, Lisboa, 1968, pp.182-183; N. Maca-Mayer et alii, *Ancient mtDNA analysis and the origin of the Guanches*, European Journal of Genetics, 12 (2), 2003, pp.155-162.

²⁹ J. F. Rodríguez Neila, *Confidentes de César. Los Balbos de Cádiz*, Madrid, 1992.

de interface de dois mundos: o dos homens e o dos mitos. Aqui, neste espaço das grandes distâncias, das enormes marés e do raio verde do Sol mergulhando nas águas, a que não será alheio o santuário romano do Alto da Vigia, em Colares³⁰, nasceram, como noutras mares limítrofes do mundo antigo, muitas das tradições, lendas e mitos que constituíram o património fundacional da cultura marítima europeia.

A expansão imperial romana para norte, ao longo das margens do Atlântico e do Mar do Norte e a penetração de comerciantes, por terra e por mar, até ao Báltico, enriqueceu as narrativas mitológicas ou permitiu transplantar para novos territórios do desconhecido medos antigos, nascidos em torno do claro Mediterrâneo, medos acrescentados pela estranheza de um ambiente tão frequentemente inóspito, quase desumano. Por isso mesmo, falhada a criação de uma *Germania Magna* destinada a atingir o Elba ou o Oder, o imperador Augusto situou convenientemente os limites da *Romania* no Mar do Norte³¹, antecâmara de outros ainda mais violentos e menos aptos à vida civilizada, idênticos ao Atlântico que se abria a ocidente e para sul. Podemos invocar, quanto a esta geografia política apoiada em irrealidades, a tese da fronteira moral defendida em contexto diferente, terrestre, por Andreas Alföldy³², pois esta talvez seja a situação menos criticável de tal teoria. Se o deserto representava o desafio a sul, a vastidão do desconhecido tinha, a ocidente, o mesmo efeito, enquanto a norte o frio lhes correspondia perfeitamente, marcando barreira difícil de ultrapassar, representando as cadeias do mundo que os poetas e outros interpretaram de forma mais ou menos simbólica.

Plínio-o-Velho, escrevendo numa época em que o conhecimento das regiões nórdicas fora muito alargado pelas actividades militares romanas, descreve vagamente os mares escandinavos, nos limites extremos do habitável, referindo o *Mare Pigrum*, com o evidente sentido de mar parado, lento, devido à presença habitual de gelos para lá do *Mare Germanicum*³³, tudo repleto de fantasias, terríficas ou utópicas, mas sempre assustadoras. É aqui, talvez a norte da Escócia ou na Escandinávia, que o Naturalista situa o Mar Hiperbóreo e os Hiperbóreos, conhecidos como míticos habitantes de um Extremo Norte onde, segundo a mitologia grega, Apolo passava os meses de Inverno. Mas o relato de Plínio, que retoma, naturalmente, alguns *topoi* da tradição, como a amenidade do clima e a existência de florestas com árvores de formas monstruosas, habitadas por unicórnios, seres que tiveram longa carreira nos relatos medievais e renascentistas e de que as presas dos narvais eram consideradas como garantes da existência, inclui alguns aspectos que reflectem bem uma realidade nórdica, como é o fenómeno do sol da meia-noite e o da noite polar (Fig.5). Os perigos existentes em mares sujeitos a cerração são

³⁰ José Cardim Ribeiro, *Soli Aeterno Lunae. O santuário*, Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa, Lisboa, 2002, pp.235-240. O local do santuário, consagrado ao Sol, à Lua e ao Oceano, tem sido objecto de escavações nos últimos anos, as quais facultaram informação significativa.

³¹ *Res Gestae*, XXVI, 2; Virgílio, *Aen.*, I, 286-287.

³² Andreas Alföldy, *The Moral Frontier on Rhine and Danube*, Limes Kongress, I, Durham, 1952, pp.1-16.

³³ Plínio-o-Velho, *N.H.*, IV, 13; Tácito, *Germ.*, 45.

igualmente referidos ao afirmar que a obscuridade pode levar à perda dos navegantes por rochedos com formas femininas que ganham vida na escuridão. Com esta região mítica se tem relacionado com frequência Tule ou a Atlântida, nomeadamente em interpretações esotéricas que persistem nos nossos dias.



Fig. 5 – Visão do Sol da meia-noite no Cabo Norte.

A mesma referência a fenómenos solares próprios do Grande Norte encontra-se bem caracterizada nas fontes antigas que tratam de Tule, sempre situada no Atlântico Norte. Os habitantes são considerados selvagens, não praticando a agricultura, vivendo sobretudo da caça, durante a época em que as condições naturais o permitem. Das várias descrições que se conhecem do estilo de vida dos habitantes de Tule fica-se com a ideia de que se trata de povos semelhantes aos Lapões ou aos Inuit (Esquimós), o que tem sugerido a partir da Idade Média a identificação de Tule com a Islândia ou a Gronelândia, enquanto na Antiguidade se colocava a ilha a norte da Escócia ou na Escandinávia. Os relatos mais antigos não referem a presença de seres monstruosos, o que não sucede em tempos posteriores, existindo mesmo representações fictícias de Tule em mapas do século XVI, onde, como na célebre *Carta Marina* de Olaus Magnus (Olof Månsson), notável erudito sueco cuja ampla obra corográfica foi inspirada por Damião de Goes e por Copérnico³⁴, não faltam representações de monstros marinhos (Fig.6), alguns com indicação de quando foram avistados, *mirabilia* naturalmente ausentes do Mar Báltico.

³⁴ Damião de Goes, *Deploratio Lappianae gentis*, Lovaina, 1540; John Granlund, *The Carta Marina of Olaus Magnus*, *Imago Mundi*, 8 (1), 1951, pp.35-43.



Fig. 6 – Pormenor da *Carta Marina* referente ao sector setentrional da Noruega (Universidade de Upsala).

Regressemos, todavia, a épocas anteriores para referimos outros seres maravilhosos, certamente mais agradáveis à vista mas não menos perigosos: as sereias. Relatos envolvendo sereias são muito numerosos, quer no folclore, quer na literatura, neste último caso envolvendo autores tão distanciados no tempo e no estilo como Homero e James Joyce³⁵. O episódio mais famoso envolvendo sereias é, certamente, aquele no qual Ulisses intervém, algures numa ilha do Mediterrâneo. As sereias atraem os marinheiros com os seus cantos, provocando naufrágios e a conseqüente morte dos nautas, sorte a que o herói grego escapou através de uma artimanha, fazendo-se atar ao mastro do navio e tapando com cera os ouvidos dos seus companheiros³⁶. As sereias de Homero diferem significativamente das sereias do mundo atlântico, pois são descritas com corpo de ave e rosto feminino, enquanto estas são imaginadas com corpo feminino e cauda de peixe, tal como a famosíssima e frequentemente decapitada sereia de Copenhaga. O equivalente masculino das sereias era constituído pelos tritões, por alguma razão menos referidos na literatura e na tradição.

Plínio conta uma história interessante de tritões e nereidas na costa lusitana. Segundo este autor romano, teria sido avistado no litoral olisiponense um tritão fazendo

³⁵ Aberto Manguel / Gianni Guadalupi, *Dicionário de lugares imaginários*, Lisboa, 2013, pp.807-808.

³⁶ Homero, *Od.*, XII, 39-61.

soar um búzio e uma nereida moribunda, cantando tristemente. As nereidas, ao contrário das sereias, tinham fama de auxiliar os marinheiros, embora fisicamente fossem idênticas àquelas na sua forma mais antropomorfa, que cremos posterior à versão arcaica de Homero, presente em Portugal no conhecido mosaico da *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial, perto de Estremoz (Fig.7). Que estes episódios faziam parte de um sentir normal no ambiente da Antiguidade prova-o o facto de Plínio referir o episódio a propósito da legação que os magistrados de *Olisipo* enviaram a Tibério para o informar do sucedido³⁷. Não é impossível, todavia, que os notáveis da cidade lusitana tenham aproveitado a oportunidade para estimular o interesse do imperador pelos assuntos atlânticos, nessa altura atravessando um momento de torpor pouco favorável aos interesses da cidade da foz do Tejo. Seja como for, este tipo de relatos atravessa os tempos até aos nossos dias, à margem da evolução tecnológica. Muitas destas personagens marinhas ocorrem, como é natural, na epopeia camonianiana, apenas simbolicamente evocadas, o que o censor do Santo Ofício não se esqueceu de sublinhar: *Toda via como histo he Poesia & fingimento, & o Autor como poeta, não pretende mais que ornar o estilo Poetico não tivemos por inconveniente yr esta fabula dos Deoses na obra, conhecendoa por tal, & ficando sempre salva a verdade de nossa sancta fe, que todos os Deoses dos Gentios sam Demonios*³⁸.



Fig. 7 – Ulisses e as sereias
(mosaico de Santa Vitória do Ameixial, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa).

Com a era pós-gâmica, reveladora das dimensões do mundo ao mesmo tempo que o Humanismo reelaborava o legado clássico e com ele, se não as fantasias ligadas ao mar, as figuras que, de uma ou de outra forma, enobreciam cidades e países, verifica-se um movimento de sinal contrário, passando da geografia fantástica à localização realista de histórias ou figuras míticas. As fantasias elaboradas a partir do topónimo *Olisipo*, tão inaceitáveis na sua versão latina como na versão semita, permitiram, no primeiro caso,

³⁷ Plínio-o-Velho, *N.H.*, IX, 9-10.

³⁸ Frei Bartolomeu Ferreira in Luís de Camões, *Os Lusíadas* (prefácio e notas de Hernâni Cidade), Lisboa, 1972, p.25.

atribuir a fundação de Lisboa a Ulisses, o que é referido pela primeira vez por Solino³⁹, ganhando prestígio através de Marciano Capela e Santo Isidoro de Sevilha. Esta fundação fabulosa de Lisboa insere-se, assim, no quadro das navegações atlânticas do herói, apoiadas seriamente por Estrabão e Tácito, que as leva até à Germânia⁴⁰. Estrabão não hesitou mesmo em considerar que Homero transferira para o Mediterrâneo as viagens do herói, por uma questão poética. Neste quadro de enquadramento geográfico realista do mito não nos devemos admirar com o facto de André de Resende fabular que o regresso de Ulisses a Ítaca foi decidido por uma carta de Penélope que o fez abandonar as paragens lusitanas, onde a mesma tradição ulisseica levou a inventar em Lisboa um templo da deusa Tétis⁴¹.

Apesar do colorido dos relatos, poéticos ou não, referindo os perigos do mar e os medos que lhes correspondiam, nem todos facultavam uma visão negativa, antes pelo contrário, do que se podia encontrar, um pouco na linha do Eldorado e da Fonte da Juventude dos exploradores modernos. Algumas dessas narrativas aludindo a ilhas de situação mais ou menos indefinida, mas sempre em áreas marginais do mundo conhecido, correspondem a utopias de intenção filosófica e política, precursoras de outras que viram a luz mais tarde, como as de More e de Campanella. Estão neste caso as obras dos autores helenísticos Evémero de Messena, intitulada *A inscrição sagrada*, cujo cenário é a ilha de *Panchaia*⁴², e a de Jambulo, *As ilhas do Sol*. Ambas retratam sociedades consideradas ideais de acordo com a utopia solar, então em pleno desenvolvimento e notavelmente progressista para a época, sociedades insulares situadas em regiões dificilmente acessíveis⁴³. A narrativa de Jambulo decorre algures no Índico e recolhe conhecimentos geográficos recentemente adquiridos, como a impossibilidade de observar algumas das estrelas do Hemisfério Norte.

Alguns autores da Antiguidade mostraram-se pouco crédulos quanto à existência de mundos estranhos e de seres monstruosos povoando os seus mares. Luciano de Samósata redigiu um mirabolante romance de aventuras que intitulou, muito apropriadamente, *Uma história verídica*, cujo enredo se desenvolve no Oceano ocidental, na esteira das viagens de Hércules. Todavia, o autor só entra nas fantasias depois de uma providencial tempestade de 79 dias. Que tudo é literatura não nos deixa dúvidas o que ele escreveu no início da obra a propósito das aventuras de Ulisses: *Mas quem lhes serviu de guia e mestre neste tipo de charlatanices foi o Ulisses de Homero, o qual na corte de Alcínoo, contou histórias de ventos aprisionados, de seres com um só olho, de canibais e de povos selvagens, enfim de*

³⁹ Solino, *Memorabilia*, XXIII,5.

⁴⁰ Estrabão, III,2,13; Tácito, *Germ.*,5.

⁴¹ Vasco G. Mantas, *Ulisses e Penélope na Lusitânia*, Congresso Penélope e Ulisses, Coimbra, 2003, pp.149-152.

⁴² *Panchaia* era localizada algures a ocidente da Arábia, atribuindo-se-lhe notável produção de incenso. Assim a recorda o poeta: Camões, *Os Lusíadas*, II, 12.

⁴³ John Ferguson, *Utopias of the Classical World*, Londres, 1975, pp.102-110,124-129; Vasco G. Mantas, *As cidades do Sol*, O Sol Greco-Romano, Coimbra, 2008, pp.177-181.

*animais de muitas cabeças e de metamorfoses dos seus companheiros por acção de drogas, tudo patranhas que ele impingiu aos parvos dos Feaces*⁴⁴.

Algumas destas patranhas, todavia, conheceram uma brilhante carreira ao longo da Idade Média, notável pelo seu variado e horrífico bestiário marítimo, multiplicado por uma razão dominada pelo medo de forças demoníaca, que podemos imaginar com facilidade observando a decoração escultórica das igrejas românicas (Fig.8). Mesmo os animais reais são frequentemente objecto de interpretações fantasiosas e de superstições tenazes: os albatrozes são almas dos que se perderam no mar, os golfinhos ajudam os humanos, pois são piratas arrependidos, vindos dos mitos do mundo antigo para salvar santos medievais naufragados, polvos gigantes arrastam os navios para as profundezas, repletas de animais submarinos, as baleias podem ser confundidas com pequenas ilhas, sobre as quais os navegantes acendem fogueira, condenando-se a morte (Fig.9). Alguns destes cetáceos gigantes descritos em escritos medievais são mesmo capazes de afundar navios, tema que voltamos a encontrar em escritos posteriores e que, em meados do século XIX, conhecerá novo fôlego literário com o romance de Melville, o muito conhecido *Moby Dick*⁴⁵.



Fig. 8 – Capitel decorado com tritões e sereias na igreja de Villanueva de Teverga (Astúrias).

⁴⁴ Luciano, *Uma história verídica* (pref., trad. e notas de C. Magueijo), Lisboa, 1976, pp.18-19.

⁴⁵ Michel Vergé-Franceschi, *La mer*, Paris, 1997, pp.85-101.



Fig. 9 – Iluminura medieval inglesa (British Library, Harley MS 4751) ilustrando o desembarque numa ilha-baleia.

Um dos relatos marítimos de maior difusão na Idade Média conta as navegações do monge e santo irlandês, São Brandão, que viveu no século VI, texto que retoma, agora temperados pelo maravilhoso cristão, muitas das histórias presentes na tradição clássica. Frequentador invulgar das rotas norte-atlânticas terá mesmo ido até às ilhas Shetland e Faroe. A sua biografia, *Vita Sancti Brendani*, deu origem a um ciclo de narrativas lendárias contidas num relato complementar, a *Navigatio Sancti Brendani*, descrevendo uma longa viagem pelo Atlântico que, ao fim de sete anos e de múltiplas peripécias, teria

levado São Brandão e os seus companheiros a uma ilha, *Terra Repromissionis Sanctorum*, um paraíso terreal tão difícil de localizar como outros semelhantes⁴⁶.

A Ilha de São Brandão, por vezes nomeada como Ilha Brasil, o que teve consequências na transformação do topónimo inicialmente atribuído ao território sul-americano achado pelos portugueses, é representada na maior parte da cartografia medieval e mesmo nalguma mais moderna. O relato inclui, indubitavelmente, referências inspiradas por factos reais, caso da Ilha dos Carneiros e de uma ilha vulcânica, lembrando as Faroe ou a Islândia. As localizações propostas repartem-se no Atlântico entre a Terra Nova e as Canárias, mas cremos que os elementos mais verosímeis da *Navigatio* devem relacionar-se com o Atlântico Norte, pertencendo o resto à tradição céltica, clássica e cristã. O manuscrito mais antigo que se conservou remonta ao século X, tendo conhecido uma tradução para língua francesa no século XII. A influência das lendas desenvolvidas em torno das viagens de São Brandão fez-se sentir de forma relevante a nível do eremitismo e a nível da literatura.

Outro texto medieval de muito interesse, *Voiage de Sir Jehan de Mandevile*, novamente centrado num périplo vastíssimo pelo mundo, até à China, no qual se inclui a visita a duas ilhas fantásticas, *Silha* e *Nacumera*, foi redigido por meados do século XIV e tradicionalmente atribuído a John Mandeville, nome que parece ser apenas um pseudónimo⁴⁷. Trata-se de ilhas de grandes dimensões, no Atlântico, a primeira das quais está infestada de serpentes, dragões e crocodilos, inofensivos para os viajantes mas não para os indígenas. No centro da ilha encontra-se um lago formado pelas lágrimas de Adão e Eva, quando expulsos do Paraíso. Na segunda, *Nacumera*, os habitantes são bizarras figuras com cabeça de cão, adoradores do touro, belicosos e antropófagos. Para além da parafernália habitual num relato desta natureza, repleto de fantasias antigas e mais recentes, tanto mais que se trata de uma viagem pelo mundo, encontram-se apontamentos interessantes, como a conclusão de que se pode circum-navegar a Terra, ideia que poderá reflectir o conhecimento do mapa-mundo de al-Idrisi⁴⁸, e a referência a *limons*, os limões então quase desconhecidos na Europa, e que seriam utilizados em *Silha* como antídotos.

Regressando à nossa costa, e para terminar esta longa viagem entre fantasias e realidades, lembramos um relato que coloca Lisboa, então *Lixbuna*, forma proposta pelo Dr. José Pedro Machado para a designação arábica da nossa capital, na vanguarda da exploração medieval do Atlântico, o relato da expedição dos Aventureiros (*al-Moghharri-run*) transmitido por al-Idrisi no século XII, mas reportando-se a factos algo anteriores⁴⁹.

⁴⁶ Aires Augusto Nascimento, *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, Lisboa, 2002; Jude Mackley, *Legend of St Brendan. A Comparative Study of the Latin and Anglo-Norman Versions*, Leida, 2008.

⁴⁷ John Mandeville, *The Travels of Sir John Mandeville* (translated and edited by Charles Moseley), Londres, 2005.

⁴⁸ Paul Lunde, *The Indian Ocean and the Global Trade*, Saudi Aramco World, 56 (4), 2005, p.17. A possibilidade de contornar a África é sugerida no referido mapa do século XII, no qual as terras estão totalmente rodeadas por mar aberto, ou assim presumido.

⁴⁹ Edrisi, *Description de l'Afrique et de Espagne* (publié par R. Dozy et M. J. de Goeje), Leida, 1866, pp.222-225.

A descrição que o geógrafo islâmico nos deixou do atlântico e das suas ilhas coincide com certos episódios já referidos, nomeadamente nas navegações de São Brandão, não faltando outros misturando Alexandre, dragões e homens com cabeça de animal, tudo na boa tradição dos terrores e maravilhas do Mar Tenebroso. A narrativa é relativamente longa, muito maior que a descrição de Lisboa, contrariamente ao que desejaríamos. Os aventureiros, em número de oito, construíram um navio e largaram para ocidente, atingindo um mar fétido ao fim de 11 dias, desviando o rumo para sul, o que os levou ao fim de 12 dias à Ilha dos Carneiros e, depois de mais 12 dias de navegação, a uma ilha habitada, onde foram aprisionados e interrogados através de um intérprete que conhecia a língua árabe.

Informados pelo rei local de que o seu intento exploratório era vão, pois o mar terminava numa zona de trevas ao fim de um mês de navegação, foram transportados para a costa, e aí abandonados ao fim de três dias e três noites. Recolhidos por Berberes habitantes da região, um deles disse-lhes que se encontravam a dois meses de caminho de Lisboa, na região de Asafi (Safim), onde al-Idrisi situa o último porto do Ocidente. A história dos aventureiros, depurada dos lugares comuns habituais, parece reflectir tentativas de exploração do Atlântico ao longo da costa africana, eventualmente tocando as Canárias, na época novamente isoladas, sem resultados práticos como prova a inexistência de quaisquer elementos islâmicos na Cultura Guanche⁵⁰. Informa-nos o mesmo al-Idrisi que, em Lisboa, junto aos banhos quentes, existia ainda a Rua dos Aventureiros, circunstância que favorece a hipótese de se tratar de um evento autêntico, fácil de aceitar considerando a permanente vocação marítima olisiponense. Seja como for, esta história marca os limites do espaço marítimo atlântico então controlado pelos muçulmanos.



Fig. 10 – O Fogo-de-Santelmo numa gravura inglesa de 1886 (G. Hartwing, Londres).

⁵⁰ J. Onrubia-Pintado, *Canaries* (îles), Encyclopédie Berbère, 11, Aix-en-Provence, 1992, pp.1735-1755.

Tivemos oportunidade de referir alguns aspectos da visão antiga e medieval dos perigos e maravilhas do mar, através de uma tradição que se foi formando por acumulação ao longo de séculos, pela experiência ou pela simples reelaboração de lendas e de fantasias. Basta lembrar aqui *Castor e Pollux*, divindades protectoras dos navios no mundo romano, a quem se atribuía o aparecimento do *Fogo-de-Santelmo*, durante séculos garantia de salvação quando se enfrentavam tempestade (Fig.10), como aconteceu nos séculos seguintes, inclusive no contexto religioso das navegações portuguesas⁵¹. O mar antigo e medieval é um lugar perigoso, e talvez por isso mesmo, afirmando-se longamente como fronteira inultrapassável do mundo dos homens, pelo menos para a maioria deles. Este conceito agravou-se com a ignorância, a superstição e o dogmatismo que prevaleceram durante a maior parte dos tempos medievais, dificultando o alargamento de horizontes que já haviam sido maiores. Mas o mar, com todos os medos que inspira, não deixa de ser considerado, ontem como hoje, um caminho de libertação da tenebrosa necessidade, e nem sempre de forma simbólica. Não sentem medo os que, sonhando com o inexistente Eldorado europeu, enfrentam as mortíferas travessias nos estreitos de Gibraltar e da Sicília? Podemos dizer, sem receio de erro, que os medos permanecem e as fantasias também, outros medos e outras fantasias, próprias de um pretenso fim da história, mas não menos condicionantes. Tudo considerado, só podemos admirar ainda mais aqueles que souberam libertar-se dos limites e dos antigos medos atlânticos, e que, mesmo sem ajuda de ninfas ou nereidas, *por mares nunca de antes navegados passaram ainda além da Taprobana*⁵².

⁵¹ Raymond Chevallier, *Voyages et déplacements dans l'Empire romain*, Paris, 1988, pp.94-96; Vergé-Franceschi, p.63.

⁵² Camões, *Os Lusíadas*, I, 1.